



55^a Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW/ONU

Bom dia/Boa tarde,

É com imensa alegria que participamos desta CSW.

O Brasil vive um momento único, com a eleição de Dilma Rousseff como a primeira presidente do País e com a indicação de 9 ministras para compor o seu governo. Nunca tivemos tantas mulheres nos postos mais altos do nosso Executivo.

É também motivo de orgulho termos, pela primeira vez, uma brasileira, a Embaixadora Maria Luiza Viotti, ocupando a Presidência do Conselho de Segurança da ONU.

Podemos dizer que as Nações Unidas também vivem um momento único, com a criação da ONU – Mulheres, da qual o Brasil tem a honra de integrar a Junta Executiva, sob o comando de Michelle Bachelet.

No discurso proferido quando eleita, a Presidenta Dilma Rousseff registrou o seu primeiro compromisso: “honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade”. E completou: “a igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!”.

Por uma feliz coincidência, o tema prioritário da CSW é o acesso e a participação das mulheres e das meninas na educação, capacitação, ciência e tecnologia. O tema em questão compõe as prioridades do nosso ministério e das ações propostas para o conjunto do Governo do Brasil.

O compromisso central do novo Governo, expresso na sua logomarca PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA, é com a erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todas as pessoas.

Sabemos que não se enfrenta a extrema pobreza sem fortes investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação. Como afirmou nossa Presidenta: “temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural”.

Sabemos que não se enfrenta a miséria, de forma definitiva, sem enfrentarmos as chamadas desigualdades estruturantes – de gênero e raça. Por isso, nosso Ministério se associa à estratégia central do Governo, articulando-a com a promoção da autonomia econômica, social e política das mulheres. E parabeniza a Assembléia Geral da ONU pela resolução adotada de proclamar 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes.



Os países do futuro serão exatamente do tamanho daquilo que, juntas, fizermos por eles hoje. Do tamanho da participação de toda a sociedade, de todos aqueles e aquelas que lutam para superar distintas formas de discriminação.

A realização, no final deste ano, da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será um momento especial para a sociedade brasileira avaliar e definir novas prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, contribuindo de maneira efetiva para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para erradicação da extrema pobreza em nosso país, numa perspectiva feminista.

Uma democracia ampla exige atitudes, impõe responsabilidades e cobra dos seus governantes compromissos em relação a todos independentemente de gênero, idade, credo ou raça. Para que a democracia seja exercida plenamente todos e todas precisam ter oportunidades reais de crescimento pessoal, todos e todas precisam ter assegurados – não apenas na letra de lei, mas no dia a dia – os seus direitos básicos de alimentação, moradia, emprego digno, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura. Passos importantes foram e estão sendo dados nesse sentido, mas temos ainda um longo caminho a trilhar rumo a uma efetiva igualdade entre homens e mulheres.

Da mesma forma, os instrumentos que assinamos – a exemplo do Consenso de Brasília; da Conferência Mundial sobre a Mulher; da Convenção CEDAW; e da Convenção de Belém do Pará devem iluminar a elaboração e execução de políticas públicas em nossos países.

Ao mesmo tempo, estes instrumentos devem inspirar e impulsionar a construção de novos parâmetros internacionais, como a proposta de uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos e de uma Convenção para o Trabalho Doméstico.

Nossa política externa continuará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio da não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. O Brasil continuará ao lado daqueles e daquelas que buscam o fortalecimento da democracia, que só poderá ser entendida na sua profundidade com a participação decisiva de todas as mulheres.

Obrigada.